



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	6904/2024
Data do Início	15/03/2024
Folha	20
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 6904/2024, Pregão Eletrônico 01/2024 – SRP**

**OBJETO:** Registro de Preços para a contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares e alimentos especiais, visando atender às determinações judiciais no exercício de 2024, de acordo com as necessidades da Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde de Maricá.

A empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

**II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- indicação de marca na qualificação técnica.

**III – DO MÉRITO**

Embora as alegações da impugnante tenham relevância, é necessário que seja feito um juízo de valor por parte da secretaria requisitante, fundamentado através do levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar o prazo adequado para a efetiva prestação do serviço pretendido.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	6904/2024
Data do Início	15/03/2024
Folha	21
Rubrica	

Os procedimentos licitatórios tem por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar no sentido de não ser feita exigências excessivas que possam afastar potenciais fornecedores, nos seguintes processos:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(…) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	6904/2024
Data do Início	15/03/2024
Folha	22
Rubrica	

elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

**IV – DA CONCLUSÃO**

Tendo em vista o conteúdo tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante.

Em 18/03/2024

---

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Matr. 111.813

De acordo

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS  
Pregoeira